

Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá

O Macaqueiro

Ano XIII nº 51 Janeiro/Fevereiro de 2012

Tefé – Amazonas – Brasil

Seminário de Gestão: reflexões sobre práticas e desafios para ações em unidades de conservação



Cerca de 80 pessoas participaram, entre os dias 14 e 15 de fevereiro, do 1º Seminário Anual de Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Social, promovido pelo Instituto Mamirauá, em Tefé (AM). Capacitação de lideranças, proteção ambiental, manejo de pesca e florestal foram alguns dos temas abordados. “Partilhar as metodologias de trabalho, as dificuldades e os desafios são alguns dos objetivos do seminário”, afirmou Isabel Sousa, Diretora de Manejo e Desenvolvimento, na abertura do evento.

Dando continuidade ao evento do dia, técnicos do Programa de Gestão Comunitária abordaram as linhas de ação “capacitação de lideranças”, “proteção ambiental” e “educação ambiental”. Segundo Paulo Roberto e Souza, uma das estratégias adotadas para a preservação das unidades de conservação foi a inclusão dos comunitários para apoiar a proteção. “Entretanto, a lentidão da justiça para punir aqueles que cometem crimes ambientais acaba funcionando como um estímulo para a reincidência”, destacou Paulo.

Entre as apresentações do segundo dia, um dos aspectos mais desafiadores e burocráticos do manejo florestal comunitário, o licenciamento ambiental, foi

discutido pela coordenadora do programa, Elenice Assis. “A equipe técnica atua como intermediador entre o órgão licenciador e os manejadores da Reserva Mamirauá. E o mais importante para o manejador é trabalhar de forma digna; por isso busca o licenciamento, porque quer manejar legalmente, evitando crimes ambientais e multas”, afirmou.

Na opinião da coordenadora, uma das alternativas é a criação de um processo estadual de licenciamento simplificado para pequenos manejadores. “O Amazonas já vem discutindo um sistema similar ao DOF (Documento de Origem Florestal), emitido pelo Ibama, que é uma licença obrigatória para o controle do transporte e o armazenamento de produtos florestais, emitida pela internet, o que já limita o acesso dos manejadores. O DOF estadual possivelmente será chamado de Dofam, com regras e características para o estado”. Foram nove trabalhos apresentados sobre as atividades de manejo de recursos naturais e desenvolvimento social, ao longo de dois dias de atividades (para informações dos demais trabalhos leia mais na página 4).



Ministério da
Ciência, Tecnologia
e Inovação

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA



Aconteceu

MCTI – O Governo Federal anunciou, em janeiro, a substituição do ministro Aloizio Mercadante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). Mercadante passou a responder pelo Ministério da Educação e o novo titular do MCTI é Marco Antônio Raupp, que deixou a presidência da Agência Espacial Brasileira. Raupp é graduado em física pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, doutor em matemática pela Universidade de Chicago e livre-docente pela Universidade de São Paulo (USP). Foi pesquisador titular do Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC) e do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

Proteção Ambiental – A Sub-coordenação de Proteção Ambiental do Programa de Gestão Comunitária, do Instituto Mamirauá, participou de atividades de proteção ambiental na Reserva Mamirauá, entre os dias 18 e 26 de janeiro, promovidas pelo Instituto de Proteção Ambiental da Amazônia (IPAAM). Nessas atividades foram apreendidos 303 kg de aruanã, 603 kg de pacu, 448 kg de pirarucu, 388 kg de tambaqui, 27 kg de pirapitinga, 18 kg de peixe miúdo, 36 kg de carne de jacaré, 30 kg de carne de anta, 10 jabutis, 2 patos, 7 mutuns, 6 guaribas e 1 macaco prego, além de diversos equipamentos. Os produtos foram doados para comunidades ribeirinhas e os macacos mortos enviados para o Grupo de Pesquisa em Ecologia de Vertebrados Terrestres do Instituto Mamirauá, para serem utilizados como material de estudo.

4 anos – O Instituto Mamirauá comemorou, em janeiro, quatro anos de atividades do Centro de Reabilitação do Peixe-boi Amazônico, o Centrinho. O Centro de Reabilitação funciona em uma estrutura flutuante na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã, no município de Maraã (650 Km a oeste de Manaus) e abriga sete peixes-boi em reabilitação.

Pesquisa avalia status das populações de jacarés da Reserva Mamirauá



Entre os dias 2 e 3 de fevereiro, o projeto Conservação de Vertebrados Aquáticos Amazônicos (Aquavert) realizou a primeira captura científica de jacarés de 2012, na Reserva Mamirauá. As capturas científicas ocorrem em diferentes épocas do ano, desde 2007. O trabalho tem como objetivo a obtenção de dados que permitam avaliar, a longo prazo, a estrutura das populações de jacaré-açu da Reserva Mamirauá. As pesquisas apontam que o número de jacarés adultos está aumentando na unidade de conservação.

A primeira atividade do ano ocorreu no lago que tem o mesmo nome da Reserva, onde foram capturados oito jacarés, quatro machos e quatro fêmeas, todos em boas condições de saúde. O trabalho de captura foi coordenado pelo biólogo Robinson Botero-Arias, pesquisador responsável pelos estudos sobre jacarés no projeto Aquavert.

“Durante os últimos anos de monitoramento das populações de jacarés na Reserva Mamirauá, registramos uma tendência de estabilidade na abundância de jacarés-açu no lago Mamirauá. No entanto também

temos registrado uma variação na estrutura de tamanhos dos indivíduos, sendo que a proporção de indivíduos maiores de dois metros, considerados adultos, tem aumentado”, diz Robinson.

De acordo com o pesquisador, a maior ocorrência de indivíduos adultos pode ser atribuída à falta de predadores naturais e às boas condições ambientais que a Reserva Mamirauá oferece para as populações de jacarés. O biólogo afirma que o sistema de gestão dos recursos naturais da Reserva Mamirauá garante que áreas utilizadas pelos animais sejam protegidas, com pouca ou nenhuma perturbação humana, e que haja alimento disponível em abundância para os jacarés.

O projeto Aquavert é desenvolvido pelo Instituto Mamirauá, com patrocínio da Petrobras, por meio do Programa Petrobras Ambiental.



Augusto Rodrigues

Após ser imobilizado, o jacaré é levado para uma base de pesquisa, onde são realizados exames.

A palavra é...



Maria Cecília Gomes



Macaco-de-cheiro. Quando se fala em Reserva Mamirauá e em primatas, logo surge em mente o nome uacari. Sem dúvida um belo primata, aliás, o símbolo causador da criação da Estação Ecológica Mamirauá, em 1990, pelo Dr. Márcio Ayres. A diversidade de primatas na RDSM, entretanto, é maior do que muitas pessoas conhecem. O Grupo de Ecologia de Vertebrados Terrestres já registrou a ocorrência de sete espécies e quatro subespécies de primatas somente na área da RDSM.

O macaco-de-cheiro-de-cabeça-preta foi descrito em 1985 pelo Dr. Márcio Ayres, quando desenvolvia sua pesquisa de doutorado com os uacaris na RDSM. A espécie foi batizada de *Saimiri vanzolinii*, em homenagem ao seu orientador, Paulo Vanzolinii. A espécie nunca mais foi estudada, quando em 2005 foi iniciada uma pesquisa, cujo principal objetivo foi delimitar os limites e o tamanho de sua distribuição geográfica. A área foi delimitada em apenas 870 km², representando provavelmente a menor distribuição geográfica dentre os primatas neotropicais conhecidos. Além disso, foram registradas áreas de sobreposição com outras duas subespécies de *Saimiri*. O alto grau de endemismo e o risco de hibridização com essas outras duas formas de macaco-de-cheiro, colocam *Saimiri vanzolinii* na lista de espécies vulneráveis a extinção pela IUCN e pelo Livro Vermelho da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção. Além disso, não se sabe ao certo quais são os impactos das mudanças climáticas na população desses primatas, visto que a espécie está distribuída exclusivamente em área de várzea, dentro de uma pequena porção na RDSM.

Saimiri vanzolinii vem sendo alvo de uma série de pesquisas, envolvendo densidade de animais, uso do espaço, ecologia alimentar, genética de populações e biotecnologia da reprodução. Os resultados dessas pesquisas, a longo prazo, permitirão a criação de estratégias para a conservação desta espécie. Espera-se também que os modelos de pesquisas adotados pelo ECOVERT possam ser replicados para a conservação de outras espécies de primatas, tanto nas RDSM como em outras áreas de várzea do Amazonas.

Fernanda Pozzan Paim
Bióloga, Mestre em Zoologia e Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Ecologia de Vertebrados Terrestres.

Disseminando energias sustentáveis para a região amazônica

“O acesso a um sistema fotovoltaico autônomo completo me permitiu comparar o processo com minhas pesquisas, verificar meus erros e corrigi-los”, disse Reginaldo Gonçalves, professor de física da Universidade do Estado do Amazonas, ao concluir a Oficina de Dimensionamento e Instalação de Sistemas Fotovoltaicos Autônomos, promovida pelo Núcleo de Inovações Tecnológicas Sustentáveis (Nits) do Instituto Mamirauá.

Entre os dias 20 e 22 de fevereiro, em Tefé (AM), um grupo de 18 pessoas acompanhou as aulas ministradas pelo Dr. Wilson Macêdo, do Grupo de Estudos e Desenvolvimento de Energias Alternativas (Gedae), da Universidade Federal do Pará. “O resultado da oficina foi bem produtivo, pois as pessoas estavam interessadas e participando bastante. Além disso, a dinâmica utilizada, associando teoria e prática, com o auxílio de kits educativos foi muito feliz”, disse Macêdo.

As atividades práticas ocorreram no Lago Tefé, onde se encontra em fase final de construção o Flutuante Jarauá, uma base que servirá de apoio para atividades de pesquisa e extensão do Instituto Mamirauá. Este flutuante terá um sistema fotovoltaico autônomo para suprir a demanda de energia. Parte das instalações desse sistema foi realizada pelos participantes do curso.

O Flutuante Jarauá segue nas próximas semanas para o interior da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, a 60 quilômetros de Tefé. No interior da reserva não há energia elétrica, então uma das tecnologias empregadas foi um sistema fotovoltaico. São 20 placas de 135 Wp, 20 Baterias de 150 Ah e um inversor de onda senoidal pura de 1500 W de potência, formando um sistema com capacidade para suprir com energia solar uma demanda diária de 7,8 KWh.

A base flutuante tem uma área construída de 305 m², dispondo de três quartos, sala de estudos, refeitório, cozinha, dois banheiros, depósitos e pode hospedar até 20 pessoas. “Aliar tecnologia sustentável em prol da realização de pesquisas na Amazônia é um dos nossos objetivos com o aperfeiçoamento e a construção de flutuantes”, disse Josivaldo Modesto, coordenador do Nits. O Flutuante Jarauá também possui telhado feito de telhas de PET reciclado e sistema de captação de água de chuva.

Nossos desafios em pauta



1º Seminário Anual de
Gestão de Recursos Naturais
e Desenvolvimento Social
14 e 15 de Fevereiro de 2012 - Tefé (AM)

O Instituto Mamirauá é apoiador da gestão das Reservas de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá e Amanã. E é a metodologia de trabalho, nessas unidades de conservação, que foi analisada por técnicos e pesquisadores durante o 1º Seminário Anual de Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Social. Confira, abaixo, trechos das apresentações dos programas de Turismo de Base Comunitária, Manejo de Pesca, Qualidade de Vida e Manejo de Agroecossistemas. Os congressistas apontaram algumas dificuldades e alguns caminhos possíveis.



“Para que a AAGEMAM possa fortalecer sua organização, o Instituto Mamirauá deverá acompanhar as atividades com maior proximidade, capacitando atuais e futuras lideranças no que tange a prestação de contas, entendimento dos aspectos legais e tributários e fortalecendo o envolvimento e participação dos membros da associação”.

Fernanda Sá Vieira, coordenadora do Programa de Turismo de Base Comunitária, apresentou o trabalho “Processo de implementação da Associação de Auxiliares e Guias de Ecoturismo do Mamirauá(AAGEMAM)”.



“Nós acreditamos que a base das nossas atividades é o conhecimento da realidade local, inclusive da população. A consequência desse conhecimento é uma confiança recíproca no desenvolvimento das atividades e na troca de informações. Outros aspectos incluem a valorização da profissão de agricultor, e a capacitação traz a diversificação da produção, de fundamental importância para o início das atividades nas Reservas Mamirauá e Amanã, pela oportunidade de trabalharmos outros temas como sistemas de plantio, criações de pequenos animais e apoio à comercialização. Com isso, o manejo de abelhas trará diversificação de alimento e renda frente à elevada importância econômica na farinha”.

Rinéias Farias, técnico do Programa de Manejo de Agroecossistemas, demonstrou a meliponicultura como estratégia de gestão.



“O Instituto Mamirauá vem implementando tecnologias sociais na várzea, mas ele não substitui o Estado no investimento de infraestruturas. Nesse sentido, nossa atuação tornou-se um divisor de águas para o Estado enxergar a várzea como um ambiente que necessita de melhorias e não apenas produtor de riquezas. Nós estamos propondo algo novo e para ser aceito como políticas públicas é preciso tempo”.

Otacílio Brito, técnico do Programa Qualidade de Vida, apresentou a experiência do uso do sistema de abastecimento e tratamento de água de superfície nas comunidades das Reservas Mamirauá e Amanã. Otacílio também compartilhou a inclusão recente desse sistema no Banco de Tecnologias Sociais da Fundação Banco do Brasil.



“Por mais eficiente que uma iniciativa, estratégia ou método tenha se demonstrado é extremamente complexo garantir que será replicável; há de adaptá-lo ao contexto atual e ao perfil do grupo com o qual se está trabalhando; e principalmente medir os riscos, traçar estratégias alternativas e monitorar as ações”.

Ana Cláudia Torres, técnica do Programa de Manejo de Pesca, abordou as metodologias adotadas para o estabelecimento de regras e acordos de uso dos recursos pesqueiros em unidades de conservação.

Expediente O Macaqueiro é uma publicação do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, organização social e unidade de pesquisa fomentada e supervisionada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Distribuição gratuita. Conselho Editorial: Angela May Steward, Augusto Rodrigues, Armando Athos, Dávila Corrêa, Elenice Assis, Ellen Amaral, Eunice Venturi, Francisco M. de Freitas Jr., Fernanda Sá, Helder Queiroz, Isabel Sousa, João Valsecchi, Joycimara Sousa, Josivaldo Modesto, Maurilandi Gualberto, Marco Lopes, Marluce Mendonça, Nelissa Peralta, Nizete Campelo, Paula Castro, Paulo Roberto e Souza e Selma Freitas. Jornalista responsável: Eunice Venturi (SC01964-JP). Textos: Augusto Rodrigues (p. 2), Eunice Venturi (p. 1, 3 e 4), Fernanda Paim (p.3). Diagramação: Ilha Tecnologia. Impressão: Gráfica Ampla. Tiragem: 1.300 exemplares. Contatos: Estrada do Bexiga, 2.584 Cx. Postal 38 – 69470-000 Tefé (AM) – ascom@mamiraua.org.br – www.mamiraua.org.br; tel.+55 (97) 3343-4672, Ramal 278.

